



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2021
com Relatório dos Auditores Independentes



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Demonstrações contábeis regulatórias

Relatório da Administração.....	3
Balanço patrimonial.....	28
Demonstração dos resultados.....	30
Demonstração das mutações do patrimônio.....	31
Demonstração dos fluxos de caixa.....	32
Demonstração do valor adicionado	33
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	34
Relatório dos auditores independentes.....	93



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO – 2021

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 – SENHORAS E SENHORES QUOTISTAS

A Administração da DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA, tem a satisfação de submeter à apreciação de todos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com a Legislação Societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados das notas explicativas e do Relatório elaborado pelos Auditores Independentes. Estes demonstrativos refletem as atividades e operações da DCELT, assim como a situação patrimonial, financeira, capacidade técnica e administrativa, expondo o valor de seu acervo bem como do quadro de pessoal, até o presente exercício social.

O ano de 2021 continuou a ser um desafio para a DCELT, pois, apesar da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) continuar impactando todas as empresas, continuamos nos reinventando na busca constante e incansável, primando principalmente pelo bom atendimento aos seus consumidores, na busca por soluções e inovações que este e outros desafios nos impuseram.

Mantivemos o constante aprimoramento de todos os protocolos de segurança e em especial os novos contra a COVID_19, protegendo tanto a equipe interna da DCELT quanto todos os nossos clientes. Apesar de alguns colaboradores, por terem sido acometidos pela COVID 19 ou por pertencer a algum grupo de risco, terem sido afastados temporariamente ou estarem trabalhando remotamente, os canais de comunicação foram melhorados mantendo o padrão necessário e atendendo para o cumprimento das normativas de distanciamento social.

Nossos colaboradores sempre orientados e treinados da necessidade da implementação dos protocolos de segurança contra a COVID-19, não mediram esforços para que pudéssemos superar as adversidades que o momento nos proporcionou, sem nenhuma baixa ou seqüela, demonstrando o comprometimento com a segurança própria, bem como dos consumidores.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

O quadro de pessoal demonstra estar comprometido com a segurança e a normas do atendimento ao consumidor para levar energia com qualidade e segurança.

1.2 – SISTEMA DA GARANTIA DA QUALIDADE

No ano de 2021 a DCELT manteve sua política da qualidade e aprimoramento, buscando incansavelmente o apoio e a valorização das sugestões dos seus colaboradores, na busca dos melhores resultados em todas as suas atividades.

Periodicamente são feitas auditorias para análise dos nossos processos e orientações para que as rotinas estejam de acordo com o Sistema de Garantia da Qualidade, legislação da ANEEL, fiscal, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

É através do esforço, dedicação e rapidez no atendimento aos nossos consumidores, que conseguimos cumprir com nossos objetivos proporcionando a todos nossos consumidores energia de qualidade.

1.2.1 – DAS CONCESSÕES

Em 28 de junho de 1999 a Hidrelétrica Xanxerê Ltda, hoje **DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA**, assinou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Nº 50/99, que regulamenta a exploração dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica. A referida Concessão e o Contrato tiveram seu prazo de vigência até 07 de julho de 2045, e poderia ser prorrogado, desde que solicitado com antecedência de 36 meses, o que foi efetivado, formalmente, em 05 de julho de 2012.

Após a solicitação, o Poder Concedente deveria manifestar-se, entretanto não o fez. Expirada a vigência do contrato de concessão nº 050/1999, em 07 de julho de 2015, permanecemos todo o segundo semestre do mesmo ano, na incerteza ou não da sua prorrogação. Obviamente este fato, acarretou apreensões, postergação de decisões importantes sobre investimentos, e, tomada imperiosas de determinadas providências. Somente, em 15 de dezembro de 2015 assinamos o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 050/1999, prorrogando a vigência até 07 de julho de 2045.

1.2.2 – CONTROLADORIA

A Controladoria é de suma importância na gestão e nas tomadas de decisões, cujo o principal objetivo é garantir a qualidade e continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica.

Tanto o OPEX (*Operational Expenditure* - Despesas Operacionais) quanto o CAPEX (*Capital Expenditure* - Despesas de capital ou investimentos) de uma empresa distribuidora de energia elétrica são regulados e acompanhados pelo órgão regulador que é a ANEEL, o que traz grandes desafios para os gestores no momento de formularem as estratégias arrojadas de negócios e elaborarem os acompanhamentos dos resultados. Essa gestão eficiente vai refletir, também, no processo de revisão tarifária da concessionária, onde a empresa pode conseguir remuneração de seus investimentos.

1.3 – TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

A partir do dia 29 de agosto de 2021 a 28 de agosto de 2022, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2928 de 24 de agosto de 2021, a ANEEL homologou a Revisão Tarifária da DCELT, em que as tarifas foram reajustadas pelo índice de reajuste tarifário anual médio de 6,95 (seis vírgula noventa e cinco por cento).

Grupo de Consumo	Varição Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	4,78%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	8,10%
Efeito Médio AT+BT	6,95%

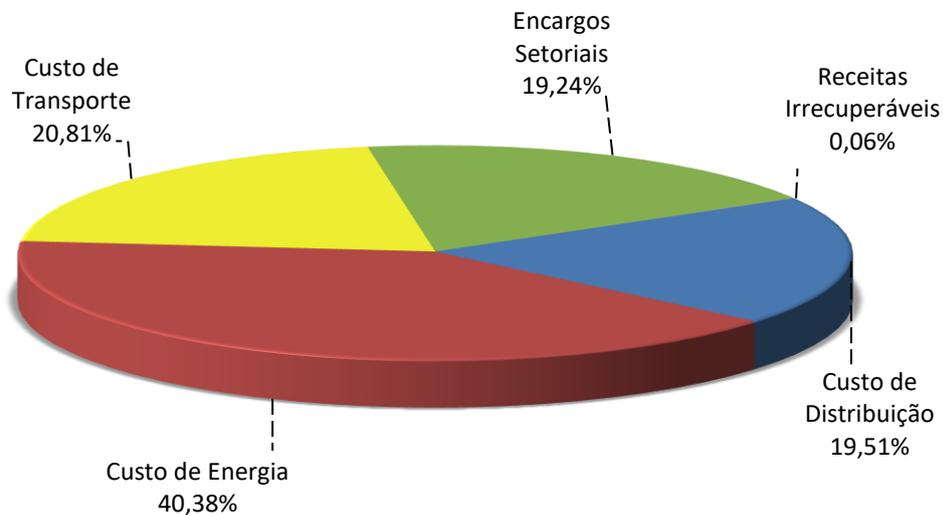
O efeito médio nas tarifas de **6,95%** decorre: 1 - do reposicionamento dos itens de custos de Parcela A e B, que contribui para o efeito médio em **4,51%**, ao se ter como base de comparação os custos de Parcela A e B atualmente contidos nas tarifas; 2 - da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual processo tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, com efeito de **0,44%**; e 3 - da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário, que vigoraram até a data da revisão, que contribuíram para a um efeito de **2,00%** no atual processo tarifário da DCELT.

A DCELT solicitou a inclusão do componente financeiro associado a recuperação de créditos de PIS/COFINS, na ordem de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), mesmo não estando estes no momento da Revisão habilitados

junto à Receita Federal, o que veio a proporcionar uma redução significativa na tarifa a ser aplicada a seus consumidores.

1.3.1 – COMPOSIÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA

Abaixo demonstramos a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da nova Receita Anual da concessionária.



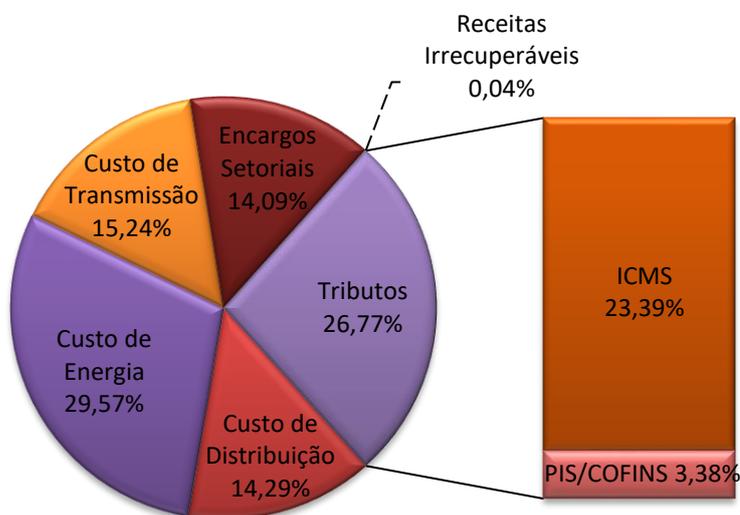
40,38 %	Custos de Aquisição de Energia
20,81 %	Custo de Transmissão/Transporte de Energia
19,51 %	Custo de Distribuição/Parcela B - É gasto com pagamento dos salários, encargos sociais, plano de saúde para os empregados, manutenção de redes e subestação de distribuição, investimentos em novas redes de distribuição, novas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética, infra-estrutura, programas sociais, treinamentos, pagamentos de impostos e remuneração dos investimentos.
19,24 %	Encargos Setoriais
0,06%	Receitas Irrecuperáveis

A seguir ilustramos a participação de cada segmento na composição da receita da distribuidora com os tributos incluídos.



DCELT
ENERGIA

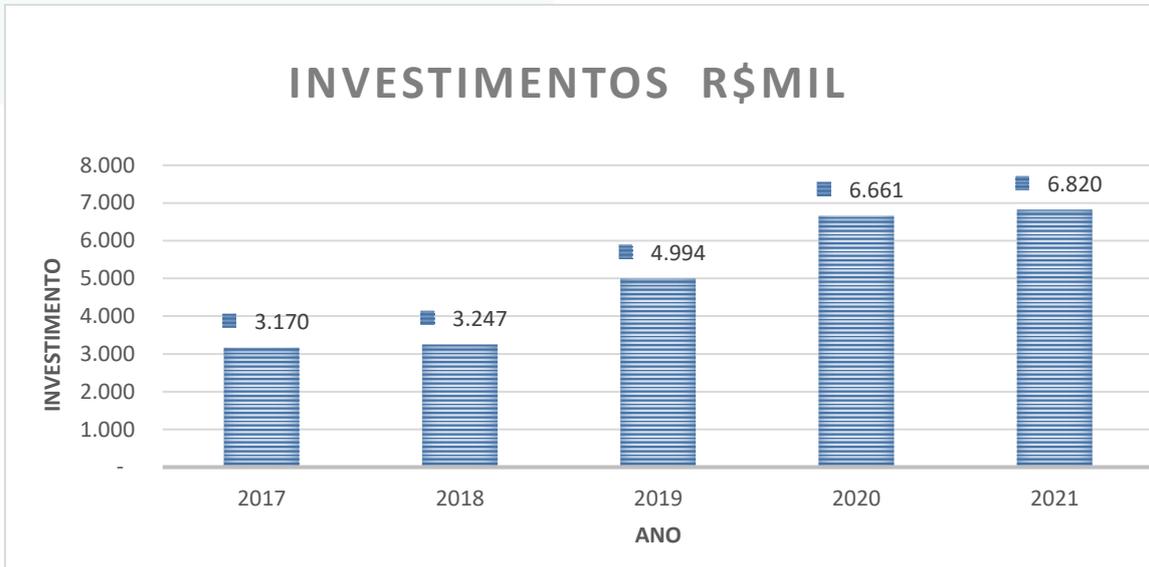
Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica



1.4 - OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO

No ano de 2021, a DCELT executou as obras de maior prioridade, atendendo as solicitações do mercado bem como os trabalhos de manutenção preventiva do sistema elétrico. A DCELT executou seu programa de obras atendendo plenamente as solicitações do mercado de energia elétrica, realizando investimentos de R\$ 6.819.838,76 proporcionando um fornecimento de energia elétrica em condições técnicas excelentes com elevados padrões de qualidade, confiabilidade e segurança, nos municípios de sua área de concessão.

INVESTIMENTO		VALOR
Linhas e Redes	R\$:	4.756.361,20
Medidores	R\$:	1.964.909,48
Tecnologia/Informação/Comunicação	R\$:	19.231,23
Painéis de Medição	R\$:	29.860,00
Outros	R\$:	49.476,85
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	R\$:	6.819.838,76



1.5 – BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

A seguir demonstramos tabela que resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como o resultado do cálculo da remuneração do capital e da quota de Reintegração, aprovados pela Nota Técnica nº 199/2021-SGT/ANEEL de 23/08/2021:

Descrição	
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	105.412.345
(2) Índice de Aproveitamento Integral	85.940
(3) Obrigações Especiais Bruta	50.123.796
(4) Bens Totalmente Depreciados	13.144.512
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	42.058.097
(6) Depreciação Acumulada	48.330.490
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	57.081.854
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	37.430
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	57.044.424
(10) Almoxarifado em Operação	684.368
(12) Obrigações Especiais Líquida	35.493.557
(13) Terrenos e Servidões	3.427.815
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	25.663.049
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	25.663.049
(16) WACC antes de impostos	10,64%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	2.729.377
(18) Base Obrigações Especiais	50.123.796
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	2,57%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	1.285.836
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)+(23)	4.015.213
(25) Taxa de Depreciação	4,14%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	1.741.205

As Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia elétrica (Obrigações Especiais), estão apresentadas como redução do ativo imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001. Representam os valores da União, Estados e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para a concessão de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

1.6 – DISTRIBUIÇÃO, LINHAS E REDES:

A posição no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em 2021 é a seguinte:

<u>MATERIAIS</u>	<u>ÁREA URBANA</u>	<u>ÁREA RURAL</u>	<u>TOTAL</u>
Postes	14.123	17.183	31.306
Extensão RD (Km)	522,55	1.554,40	2.076,95
Trafos (Potência) Kva	72.615	56.070	128.685
Quantidade de Trafos	854	2.425	3.279

1.7 EQUIPAMENTOS DE REDE

No ano de 2021 foram efetivados muitos investimentos, mas vale destacar as aquisições abaixo:

- adquirido e instalado 1 religador, totalizando 33 religadores instalados na rede, o que proporciona a melhoria na qualidade do serviço e nos índices de continuidade agilizando o monitoramento da rede e agilizando a retomada de forma automatizada na maioria das situações de quedas de energia instantâneas;
- Instalados 68.218m de cabos;
- Instalados 312 transformadores de distribuição;
- Instalados 1.029 postes;
- Instalados 3.888 medidores;
- Instalador 06 painéis de medição;
- Instalados 02 reguladores de tensão.

Estes equipamentos proporcionaram manter o sistema elétrico com excelência em qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da DCELT.

2 – DIRETRIZES

- ✓ Aprimorar a prestação do serviço público de energia elétrica em quantidade e qualidade requeridas pelo mercado.

- ✓ Promover o desenvolvimento e progresso dos municípios de sua área de concessão.
- ✓ Promover a constante valorização dos recursos humanos.
- ✓ Capacitar a DCELT para enfrentar as dificuldades provenientes da escassez de energia elétrica prevista para os próximos anos.
- ✓ Participar ativamente da sociedade, estreitando os laços de amizade na comunidade.

3 - QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA

O índice F E C - Frequência de Interrupção por Consumidor - exprime o número de interrupções que, em média, ocorreram em cada unidade consumidora durante o ano.

O índice D E C - Duração de Interrupções por Consumidor - exprime o espaço de tempo (horas) que, em média, cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante o ano.

O índice TMA - Tempo Médio de Atendimento de Ocorrências = TMA que afere o tempo médio despendido para restabelecer o fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

O índice DGC - Desempenho Global de Continuidade, permite avaliar o nível de continuidade do serviço prestado pela distribuidora em relação aos limites estabelecidos para sua área de concessão.

Indicadores	ANEEL	2021	2020	2019	2018	2017
<u>DEC</u>	11	10	6,34	7,5	7,21	11,12
<u>FEC</u>	10	6,89	5,26	5,53	6,14	9,38
<u>TMA</u>		188	143	118	127	131
<u>DGC</u>		0,88	0,55	0,62	0,63	0,97



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Observa-se que a DCELT, em 2021, não ultrapassou os limites estabelecidos com boa margem significativamente melhor. Isso foi fruto do investimento e da estratégia e inteligência da equipe técnica e administrativa da empresa.

Em 2021 o Centro de Teleatendimento - CTA, da DCELT, proporcionou atendimento ao consumidor durante as 24 horas do dia, manteve um bom desempenho registrando 41.048 atendimentos (informações, reclamações e serviços).

A DCELT possui o COD – Centro de Operação da Distribuição, este Centro comanda e supervisiona todas as operações da distribuição da área de concessão da DCELT, especialmente nas manutenções de emergências, conseguindo uma grande redução no tempo de correção do defeito com maior qualidade e segurança.

Destacamos que a DCELT alcançou um fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança, devido aos investimentos efetuados no ano de 2021, e a busca constante da qualidade de atendimento.

Em continuidade ao aperfeiçoamento do Centro de Operação da Distribuição – COD a DCELT conta com o sistema MIG da empresa USEALL. O MIG é um sistema desenvolvido para suportar todos os processos de redes de distribuição de energia elétrica incluindo o planejamento, projeto, construção e operação e vem dando uma nova dimensão ao atendimento técnico com as seguintes funções principais:

- Determinação do provável ponto de defeito ou falha na rede elétrica.
- Call Center Técnico.
- Visualização das áreas sem energia no sistema elétrico.
- Localização automática dos consumidores com imediata visualização. DEC/FEC - índices, de qualidade e confiabilidade.
- Cálculos elétricos da rede primária.
- Integração com o Sistema de Controle Patrimonial, visando o perfeito controle e apresentação do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

3.1 – SISTEMA INTERLIGADO

A DCELT recebe a energia elétrica gerada pelo sistema interligado, estando conectada eletricamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, formando a Região Sul. No Estado de Santa Catarina o município de Xanxerê é privilegiado, pois é onde se localiza um dos mais fortes pontos de conexão entre o sistema de distribuição com o sistema de transmissão interligado. A maior parte da energia elétrica fornecida para a região Oeste de Santa Catarina é transmitida a partir de Xanxerê.

3.2 – MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.2.1 – COMBATE AS IRREGULARIDADES NA MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Sempre mantendo o foco no combate as irregularidades, em 2021, foram encontradas 03 ocorrências que representaram furto de energia.

Todas as formalidades foram efetivadas pelas equipes Comercial e Jurídica.

3.2.2 – AFERIÇÃO DE MEDIDORES

Em 2021 foram aferidos 1.512 Medidores de Energia Elétrica, buscando o acompanhamento e monitoramento das medições efetuadas na área de concessão da DCELT.

3.2.3 – VISTORIAS DE UNIDADES CONSUMIDORAS

Em 2021 foram vistoriadas 2.566 unidades consumidoras, sendo ligações novas, reformas, alteração de fases e também unidades consumidoras já energizadas.

3.2.4 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

No ano de 2021 foram adquiridos 2.102 medidores, sendo que estes materiais proporcionaram manter o sistema elétrico com boa qualidade técnica e,

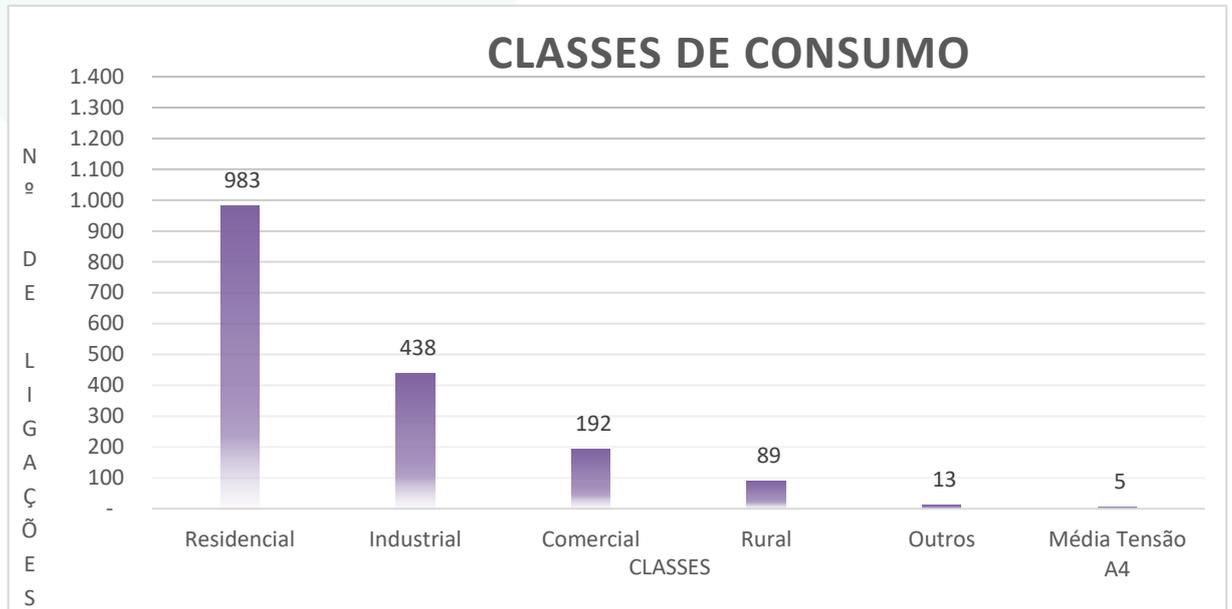
enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da DCELT.

3.2.5 – LIGAÇÕES NOVAS

A DCELT, durante o ano de 2021, energizou 983 unidades consumidoras na classe residencial, 438 unidades na classe industrial, 192 unidades na classe comercial, 89 unidades da classe rural, 11 unidades na classe poder público, 02 ligações na classe serviço público e não foram energizadas unidades consumidoras na classe consumo próprio, totalizando 1.715 ligações novas no grupo baixa tensão. Foram energizadas também 05 unidades consumidoras na classe Média Tensão. Das Unidades Consumidoras desligadas no período 138 foram religadas. Sendo assim, em 2021 foram energizadas 1.858 unidades consumidoras.

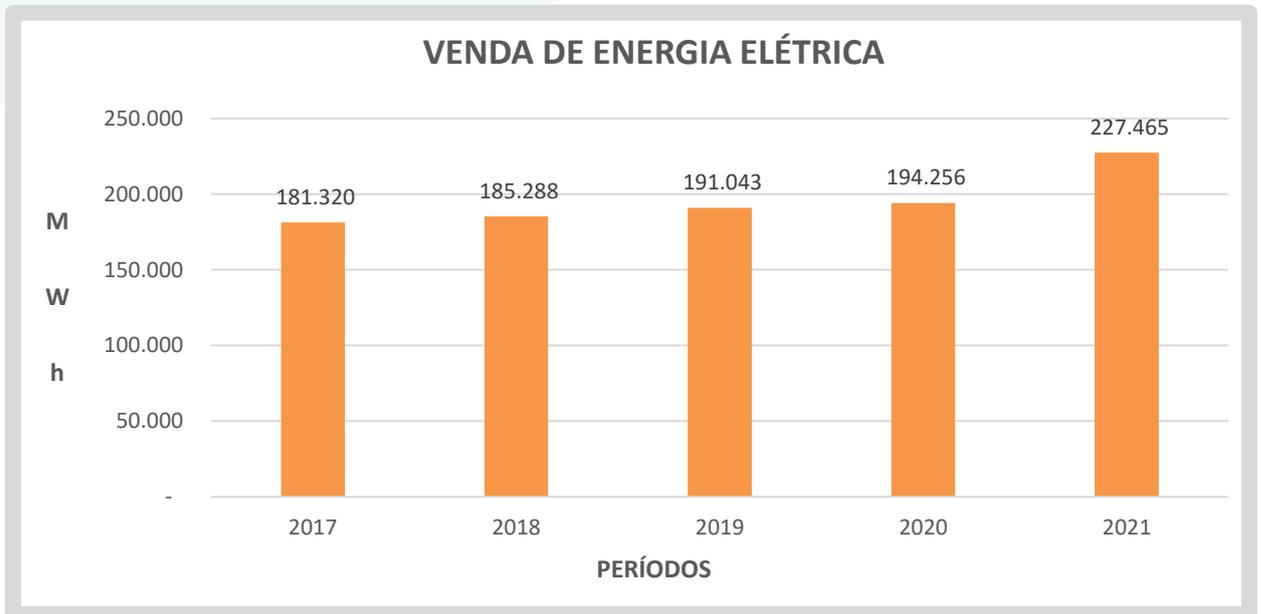


As ligações novas efetuadas no ano de 2021 estão distribuídas em todas as classes com o seguinte perfil:

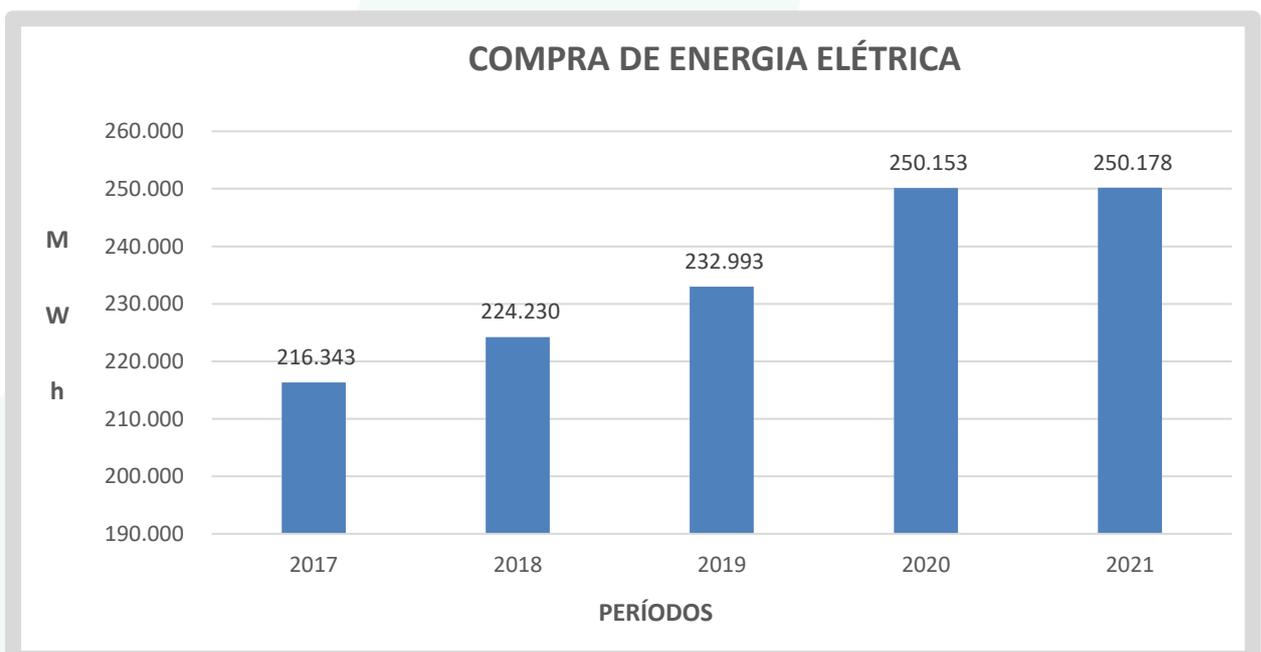


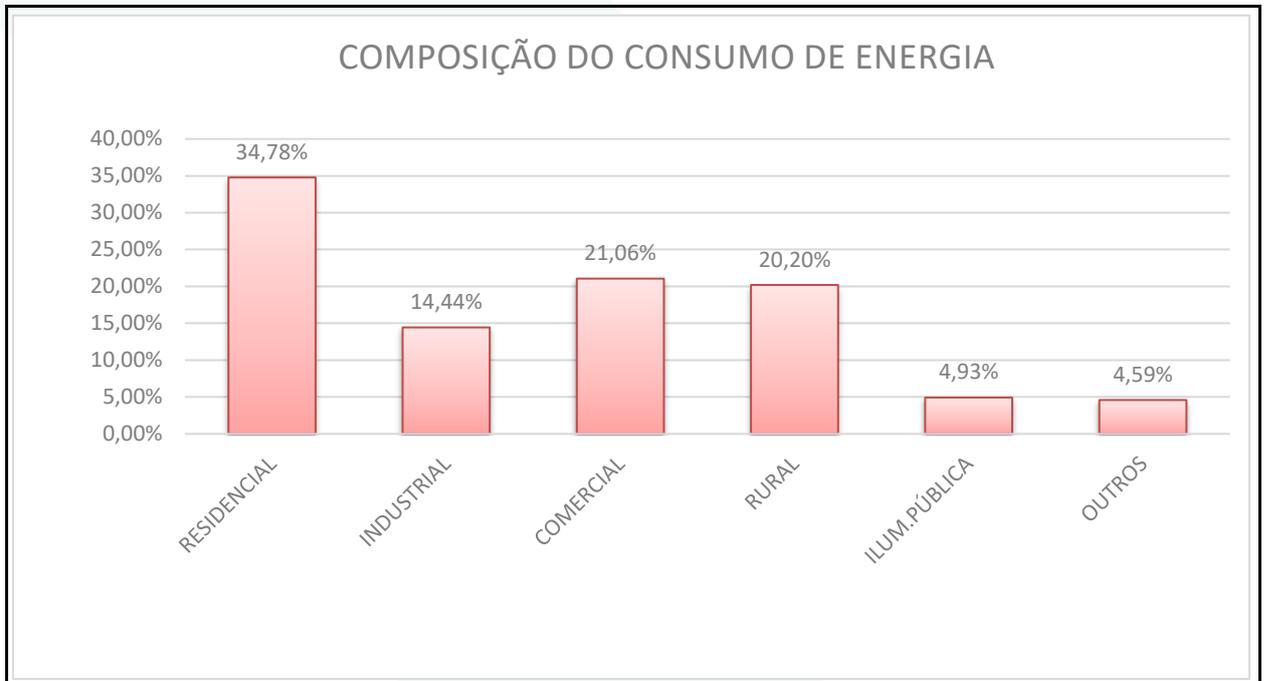
4 – MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

A DCELT manteve, em 2021, a qualidade dos serviços realizando diversos investimentos em seu Sistema Elétrico. Teve aumento significativo de 17% (dezessete por cento) no seu mercado de energia frente ao crescimento do Brasil na ordem 4,10% (quatro vírgula dez por cento), segundo apontamento da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Isto, apesar da migração de consumidores para o Mercado Livre, bem como o aumento de consumidores com Mimi e Microgeração. Salientamos que a venda da Energia Elétrica caracteriza-se pela Parcela A, não impactando o volume de energia no resultado econômico-financeiro da empresa distribuidora.

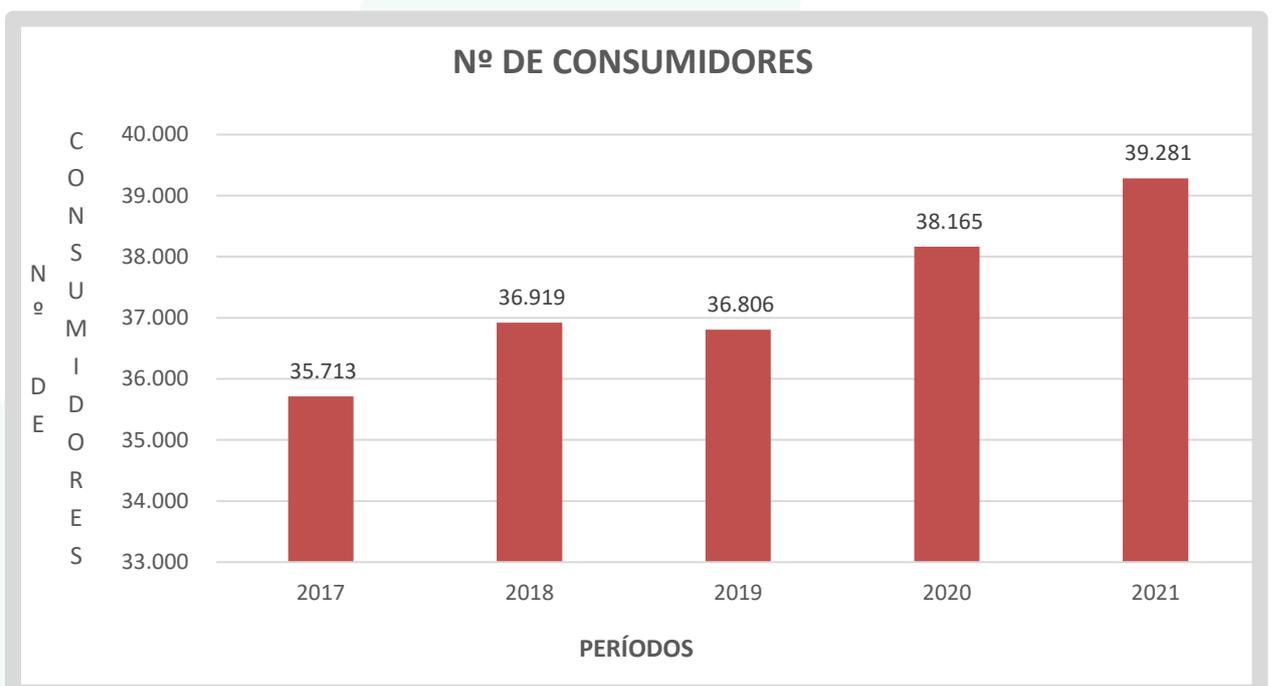


No gráfico abaixo demonstramos a Compra de Energia Elétrica e com isso podemos observar o impacto do GD (geração distribuída), PCH/CGH (pequenas centrais hidrelétricas) na área de concessão da DCELT, bem como os consumidores do mercado livre. No ano de 2021 a compra manteve-se praticamente inalterada em relação ao ano de 2020.





Foram incorporados ao mercado 1.858 consumidores, sendo 1.720 novos e 138 religados, e a solicitação de 742 desligamentos, totalizando no final do ano 39.281 Unidades Consumidoras, com isso registrando um crescimento líquido de 1.116.

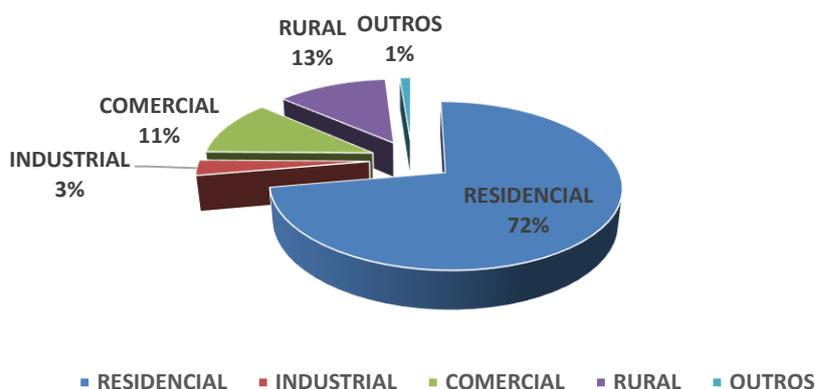




DCELT
ENERGIA

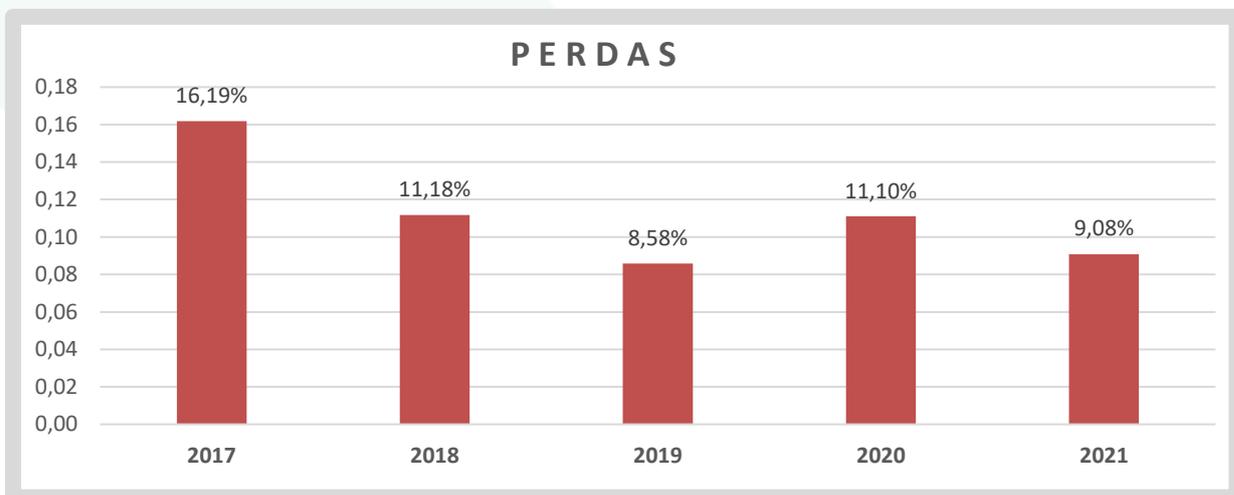
Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

COMPOSIÇÃO DOS CONSUMIDORES



Nota-se que apesar de 72% dos consumidores serem de classe residencial, apenas 34,78% e o consumo desta classe, ao contrário do industrial que consome aproximadamente 05 (cinco) vezes mais o seu percentual, sendo 3% a representatividade em unidades e 15% a representatividade em consumo. Nesta mesma análise a classe comercial perfaz o dobro de consumo frente as unidades.

Notamos abaixo o reflexo dos investimentos em rede feito no últimos anos. As perdas vem numa constância de redução continua. As perdas de energia elétrica, definida pela diferença entre a energia requerida e a energia vendida, foram de 22.713 MWh no ano de 2021, representando um percentual de 9,08%.



4.1 - DADOS GERAIS DO CONSUMO

A DCELT atende aos municípios de Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e Bom Jesus, e parte de Cordilheira Alta, Abelardo Luz e Ipuaçú (Parte conforme Resolução ANEEL 88/1999), totalizando a área de 1.252 km², com uma população estimada de 103.200 habitantes.

ENERGIA ELÉTRICA TOTAL										
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
KWh/Habitante	2.691	2.466	2.573	2.599	2.370	2.266	2.316	2.388	2.428	2.435
KWh/Consumidor	6.645	5.960	6.221	6.049	5.427	5.077	5.019	5.103	5.002	4.867

Observamos a redução do KWH/consumidor nos últimos 10 anos. Fruto da melhoria de tecnologias que reduzem os consumos dos equipamentos elétricos e eletrônicos.

4.2 - RECURSOS HUMANOS

Em dezembro de 2021 constavam 94 (noventa e quatro) empregados registrados na DCELT. Vale ressaltar que em durante o ultimo bimestre de 2021 a DCELT promoveu uma renovação dos seus funcionários já aposentados com contratação programada para o primeiro trimestre de 2022, além de terceirizar alguns serviços para o planejamento de 2022.

A seguir, apresentamos os índices de Consumidor e Consumo, por Empregado.

ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Nº EMPREGADOS	107	113	115	123	117	116	114	113	108	94
VARIAÇÃO	2,80%	5,61%	1,77%	6,50%	-4,88%	-0,86%	-0,98%	-0,88%	-4,42%	-12,96%
Nº Consumidores /Empregado	303	222	292	279	299	308	324	333	360	426
MWh/Empregado	2.284	1.176	1.016	1.690	1.621	1.563	1.625	1.691	1.799	2.420

5 – INADIMPLÊNCIA

Registramos, face a conjuntura política/financeira que atravessa o País, a continuação de considerável nível de INADIMPLÊNCIA no patamar de mais de 3,0 (tres) milhões de reais registrados em 31 de dezembro de 2021.

A DCELT nos anos de 2020 e 2021 devido a PANDEMIA do COVID-19 trabalhou em conjunto com as orientacoes da ANEEL – Agencia Nacional de Energia Eletrica, protegendo os mais necessitados de baixa renda nao efetivando cortes de energia.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Valores Expressos em Reais

LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA

<u>ATIVO</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	8.577.886,53	7.150.280,35
Contas a Receber de Clientes.....	24.636.662,19	14.382.489,83
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	228.719,85	33.247,99
Estoques.....	864.385,48	772.254,07
Serviços Pedidos em Curso.....	64.048,89	60.891,50
Adiantamento a Fornecedores.....	392.491,06	233.908,30
Exposição Involuntária.....	1.844.628,78	1.274.893,20
Alienação de bens e direitos.....	308.106,96	894.290,08
Ativos Financeiros Setoriais.....	24.495.082,74	2.799.340,65
Outros Créditos a Receber.....	124.333,84	126.051,19
	<u>61.536.346,32</u>	<u>27.727.647,16</u>
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		
Realizável a Longo Prazo		
Depósitos Judiciais.....	35.550.179,38	34.305.347,56
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	29.388,82	53.094,56
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.	2.218.363,33	1.876.901,89
Ativos Financeiros Setoriais.....	13.549.100,96	-
Imobilizado.....	68.681.288,72	51.271.395,30
Intangível.....	-	5.820,34
	<u>120.028.321,21</u>	<u>87.512.559,65</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>181.564.667,53</u>	<u>115.240.206,81</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

<u>PASSIVO</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Fornecedores.....	15.364.068,59	14.738.630,95
Empréstimos e Financiamentos.....	247.953,97	247.708,91
Folha de Pagamento.....	565.783,10	544.686,29
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.	18.706.674,04	8.693.202,00
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio....	117.357,14	86.260,57
Obrigações Estimadas.....	2.356.695,51	2.028.116,32
Encargos do Consumidor.....	9.538.545,01	6.076.248,38
Passivos Financeiros Setoriais.....	21.993.422,58	2.406.012,74
Outras Contas a Pagar.....	2.366.437,54	875.889,52
	<u>71.256.937,48</u>	<u>35.696.755,68</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Fornecedores.....	35.433.584,52	-
Empréstimos e Financiamentos.....	196.551,99	431.926,46
Provisão p/proces Cíveis, Fiscais e Trabalh..	4.188.429,79	38.841.626,46
Obrig.Vinc.a Conc.e Permis.do Serv.En.El.....	38.723.722,33	31.415.528,48
Passivos Regulatórios (Dif.PIS/COFINS Tar...	14.469.576,12	-
Outras Contas a Pagar.....	24.478,80	28.044,24
	<u>93.036.343,55</u>	<u>70.717.125,64</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Capital Social.....	6.387.636,00	6.387.636,00
Reservas de Lucros.....	457.263,95	457.263,95
Reservas de Reavaliação Patrimonial.....	9.103.946,58	1.896.915,21
Recursos Destin. a Aumento de Capital.....	-	228.055,60
Lucros (Prejuízos) Acumulados.....	1.322.539,97	(143.545,27)
	<u>17.271.386,50</u>	<u>8.826.325,49</u>
TOTAL DO PASSIVO.....	<u>181.564.667,53</u>	<u>115.240.206,81</u>

CONCILIAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO E INTANGÍVEL SOCIETÁRIO COM O ATIVO IMOBILIZADO REGULATÓRIO – ICPC 01 E OCPC 05

	<u>2021</u> Societário	Ajustes	<u>2021</u> Regulatório
CIRCULANTE			
Caixa Equivalentes Caixa.....	8.577.886,53	-	8.577.886,53
Contas a Receber Clientes..	24.636.662,19	-	24.636.662,19
Impostos/Contr. Recuperar	228.719,85	-	228.719,85
Estoques.....	864.385,48	-	864.385,48
Serviços Pedid. em Curso.....	64.048,89	-	64.048,89
Adiant. a Fornecedores.....	392.491,06	-	392.491,06
Exposição Involuntária.....	1.844.628,78	-	1.844.628,78
Alienação bens e direitos.....	308.106,96	-	308.106,96
Ativos Financeiros Setoriais..	24.495.082,74	-	24.495.082,74
Outros Créditos a Receber...	124.333,84	-	124.333,84
	61.536.346,32	-	61.536.346,32
NÃO-CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais.....	35.550.179,38	-	35.550.179,38
Impostos/Contr. Recuperar	29.388,82	-	29.388,82
I.R. e C. Social Diferidos.....	2.218.363,33	-	2.218.363,33
Ativos Financeiros Setoriais	13.549.100,96	-	13.549.100,96
Ativo Financ. da Concessão	4.005.719,82	4.005.719,82	-
IMOBILIZADO.....	-	-68.681.288,72	68.681.288,72
INTANGÍVEL.....	25.148.623,00	25.148.623,00	-
	80.501.375,31	-39.526.945,90	120.028.321,21
TOTAL DO ATIVO.....	142.037.721,63	-39.526.945,90	181.564.667,53

CONCILIAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO E INTANGÍVEL SOCIETÁRIO COM O ATIVO
IMOBILIZADO REGULATÓRIO – ICPC 01 E OCPC 05

	<u>2020</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2020</u> <u>Regulatório</u>
CIRCULANTE			
Caixa Equivalentes Caixa.....	7.150.280,35	-	7.150.280,35
Contas a Receber Clientes..	14.382.489,83	-	14.382.489,83
Impostos/Contr. Recuperar	33.247,99	-	33.247,99
Estoques.....	772.254,07	-	772.254,07
Serviços Pedid. em Curso.....	60.891,50	-	60.891,50
Adiant. a Fornecedores.....	233.908,30	-	233.908,30
Exposição Involuntária.....	1.274.893,20	-	1.274.893,20
Alienação bens e direitos.....	894.290,08	-	894.290,08
Ativos Financeiros Setoriais..	2.799.340,65	-	2.799.340,65
Outros Créditos a Receber...	126.051,19	-	126.051,19
	27.727.647,16	-	27.727.647,16
NÃO-CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais.....	34.305.347,56	-	34.305.347,56
Impostos/Contr. Recuperar	53.094,56	-	53.094,56
I.R. e C. Social Diferidos.....	1.876.901,89	-	1.876.901,89
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-
Ativo Financ. da Concessão	3.346.320,30	-3.346.320,20	-
IMOBILIZADO.....	-	51.277.215,64	51.277.215,64
INTANGÍVEL.....	22.919.174,66	-22.919.174,66	-
	62.500.838,97	25.011.720,78	87.512.559,65
TOTAL DO ATIVO.....	90.228.486,13	25.011.720,68	115.240.206,81



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

**DEMONSTRATIVO DO RESULT. DOS EXERC. FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
2020**

Valores Expressos em Reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	128.119.807,11	92.576.978,93
<u>CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS</u>		
Energia Elétrica Comprada para Revenda.....	(64.392.592,50)	(38.060.204,02)
Encargo de Uso do Sist. de Transmi. e Distribuição...	(40.527.643,64)	(30.349.177,14)
Pessoal.....	(14.233.143,54)	(14.633.573,42)
Material.....	(1.081.871,03)	(1.124.496,76)
Serviço de Terceiros.....	(3.368.996,25)	(2.666.070,10)
Depreciação e Amortização.....	(1.433.557,95)	(1.398.233,56)
Aluguéis e Leasing.....	(730.738,61)	(719.501,18)
Outros.....	(2.289.733,38)	(1.958.929,09)
	<u>(128.058.276,90)</u>	<u>(90.901.185,27)</u>
LUCRO OPERAC. ANTES DO RESULT. FINANCEIRO.	<u>61.530,21</u>	<u>1.666.793,66</u>
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>		
Receitas Financeiras.....	2.570.091,20	909.637,22
Despesas Financeiras.....	(1.506.997,61)	(924.019,42)
	<u>1.063.093,59</u>	<u>(14.382,20)</u>
RESULT.OPERAC.ANTES DA C. SOCIAL E I. RENDA..	<u>1.124.623,80</u>	<u>1.652.411,46</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente..	-	(799.210,07)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido...	341.461,44	(139.177,68)
	<u>341.461,44</u>	<u>(938.387,75)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	1.466.085,24	714.023,71



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

6 – FATOS SUPERVENIENTES

Em 28 de dezembro de 2021 foi emitido o despacho nº 4.139 com a anuência prévia da negociação da venda das cotas da empresa Netherinvest, maior acionista da DCELT. Conforme regulação a transação será validada pela Aneel após a implementação, que deverá ser efetuada em até 120 dias. A documentação foi entregue e foi ratificada pela Aneel através do Despacho 919 de 04 de abril de 2022.

Em 15 de março de 2022 foi alterada a diretoria executiva, alterando o Presidente e incluindo um diretor.

Finalmente, não podemos deixar de registrar, neste relatório, o reconhecimento:

Pelo Município de Xanxerê, em março de 2022

- a) Troféu de 3º lugar na Classificação Geral Movimento Econômico no Município de Xanxerê – Ano Base 2020, exercício de 2021.

7 – PARECER DA DIRETORIA

A DCELT mantém presente o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão e a modicidade das tarifas, apresentando bom desempenho na qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Da análise geral constatamos que a DCELT revela-se uma empresa operacionalmente rentável, o que também se apresenta como cenário técnico e econômico-financeiro para os próximos anos.

Das análises técnicas, econômicas e financeiras a DCELT apresenta-se como uma Concessionária de Energia Elétrica ajustada à nova realidade brasileira e apta para enfrentar novos desafios.

O êxito que a DCELT vem obtendo em sua busca de adaptação às mudanças constantes na realidade do setor elétrico bem como nas necessidades diárias de seus consumidores num mundo digital, se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial e a dedicação dos seus colaboradores.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Como sempre, agradamos à competência e dedicação de nossos colaboradores, que não medem esforços, com eficiência e capacidade, no desempenho de suas atribuições. Aos nossos consumidores e a todos que nos apoiam e acreditam em nosso trabalho em prol do engrandecimento da Companhia e desta região.

A ADMINISTRAÇÃO

Leandro Parizotto
Diretor

Ana Paula Torres
Diretora

Antonio Claudio Baldissera
Diretor

Wagner Luiz Teles – Contador
CRC 16.365 – CPF: 607.476.769-68



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	5	8.578	7.150
Contas a receber de clientes	6	24.637	14.383
Impostos e contribuições a recuperar	11	229	33
Estoques		864	772
Serviços pedidos em curso	8	64	61
Adiantamentos a fornecedores		392	234
Exposição involuntária	9	1.845	1.275
Alienação de bens e direitos		308	894
Ativos Financeiros Setoriais	30	24.495	2.799
Outros créditos a receber	10	124	126
		<u>61.536</u>	<u>27.727</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	19	35.550	34.305
Impostos e contribuições a recuperar	11	30	53
Imposto de renda e contrib. social diferidos	26	2.218	1.877
Ativos Financeiros Setoriais	30	13.549	-
Imobilizado	12	68.679	51.272
Intangível	12	2	6
		<u>120.028</u>	<u>87.513</u>
Total do ativo		<u><u>181.564</u></u>	<u><u>115.240</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	15.364	14.739
Empréstimos e financiamentos	15	248	248
Folha de pagamento		566	545
Impostos e contribuições a recolher	16	18.707	8.693
Dividendos e JSCP		117	86
Obrigações Estimadas	18	2.357	2.028
Encargos do Consumidor	17	9.539	6.076
Passivos financeiros setoriais	30	21.993	2.406
Outras contas a pagar	20	2.366	876
		<u>71.257</u>	<u>35.697</u>
Não circulante			
Fornecedores	14	35.434	-
Empréstimos e financiamentos	15	196	432
Provisão processos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	4.188	38.842
Passivos financeiros setoriais	30	14.470	-
Obrigações Vincul. a Conc. e Perm.S.P.En.Elét.	21	38.724	31.415
Outras contas a pagar	20	24	28
		<u>93.036</u>	<u>70.717</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	22	6.388	6.388
Reservas de lucros	22	457	457
Reserva de avaliação patrimonial	22	9.104	1.897
Recursos Destinados a Aumento de Capital	22	-	228
Lucros (prejuízos) acumulados		1.323	(144)
		<u>17.271</u>	<u>8.826</u>
Total do passivo		<u><u>181.564</u></u>	<u><u>115.240</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por quota)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	23	128.120	103.271
Custos/Despesas Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(64.392)	(43.200)
Encargo uso sistema transm./distribuição	24	(40.528)	(37.411)
Pessoal	24	(14.233)	(13.935)
Material	24	(1.082)	(1.045)
Serviços de terceiros	24	(3.369)	(2.979)
Depreciação e amortização	24	(1.433)	(1.440)
Arrendamentos e alugueis	24	(731)	(736)
Outros	24	(2.290)	(1.569)
		<u>(128.058)</u>	<u>(102.315)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>62</u>	<u>956</u>
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	25	(1.507)	(740)
Receitas financeiras	25	2.570	1.452
		<u>1.063</u>	<u>712</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.125</u>	<u>1.668</u>
Imposto de renda e contr. social - corrente	26	-	(481)
Imposto de renda e contr. social - diferido	26	341	(55)
		<u>341</u>	<u>(536)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>1.466</u></u>	<u><u>1.132</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

ITENS	Capital social	Reservas de lucros	Reserva de Reav. Patrim.	Recursos Dest. Aum. Capit.	Lucros (prej.) acum.	Total
31/12/2020	6.388	457	1.897	228	(144)	8.826
Reservas de Reavaliação	-	-	7.207	(228)	-	6.979
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.466	1.466
31/12/2021	6.388	457	9.104	-	1.322	17.271

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.466	1.132
Ajuste por:	3.335	3.170
Depreciação/Amortização	3.335	3.170
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	4.801	4.303
(Aumento) redução no ativo	(53.873)	1.809
Contas a receber de clientes líquido	(10.254)	(1.917)
Contas a receber de clientes	(10.386)	(1.945)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	132	27
Impostos e contribuições a recuperar	(172)	(14)
Estoques	(92)	(148)
Serviços pedidos em curso	(3)	1.237
Adiantamento a fornecedores	(159)	(221)
Exposição involuntária	(570)	(1)
Alienação de bens e direitos	586	3.056
Outros créditos a receber	2	8
Ativos financeiros setoriais	(34.245)	6.684
Depósitos judiciais	(1.245)	(1.016)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(341)	55
Atividades de investimento	(6.380)	(5.915)
Aquisição de bens e direitos	(7.584)	(6.661)
Baixa de bens e direitos	1.203	746
Aumento (redução) no passivo	50.500	(194)
Fornecedores	625	5.698
Folha de pagamento	21	(8)
Impostos e contribuições a recolher	10.013	(4.855)
Obrigações estimadas	329	287
Encargos do consumidor	3.462	1.517
Passivos financeiros setoriais	34.057	(6.614)
Outras contas a pagar	36.921	69
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(34.653)	1.464
Dividendos	18	0
Juros sobre capital próprio	13	0
Obrigações especiais	157	5.068
Obrigações especiais	1.932	6.600
Amortização das obrigações especiais	(1.775)	(1.532)
Atividades de financiamentos	(463)	(2.821)
Ingresso (amortização) empréstimos e financiamentos	(253)	(325)
Atualizações monetárias sobre empréstimos	18	46
Aumento de capital	(228)	(2.541)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.428	5.918
Caixa e equivalentes de caixa	1.428	5.918



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Valor Adicionado a Distribuir	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Receitas	184.369	246%	150.877	230%
Vlr Adicionado Receb. em Transf.	2.570	3%	1.452	2%
Insumos Adquiridos de Terceiros	-110.600	-148%	-85.267	-130%
Depreciação	-1.434	-2%	-1.440	-2%
	74.906	100%	65.622	100%

Distribuição do Valor Adicionado	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Pessoal	14.233	19%	13.936	21%
Governo	56.969	76%	49.079	75%
Terceiros	2.238	3%	1.475	2%
Sócios	1.466	2%	1.132	2%
	74.906	100%	65.622	100%



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto onde indicado outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e setor elétrico

A Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda, é uma Concessionária de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como sua área de concessão legal de 1.252 Km², atendendo 39.281 consumidores em 9 municípios sendo Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e Bom Jesus, e parte de Cordilheira Alta, Abelardo Luz e Ipuacú (Parte, conforme Resolução ANEEL 88/1999), todos na Região Oeste, do Estado de Santa Catarina, tendo sua sede no Município de Xanxerê e com escritório regional no município de Xaxim e escritórios itinerantes nos municípios Bom Jesus, Marema, Entre Rios e Lajeado Grande, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A Companhia tem sócios controladores, entre eles, a Netherinvest Participações Ltda., empresa com sede em São Paulo no Estado de São Paulo que tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente no setor de energia elétrica e também outros setores.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o Contrato de Concessão de distribuição essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia calculada de acordo com as disposições legais e normativas pertinentes, seguindo as regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato de Concessão número 50/1999, bem como seus termos aditivos e metodologia de cálculo presente nas versões vigentes dos Submódulos do PRORET aprovado pela Resolução Normativa nº 435/2011, os quais se encontram disponíveis na página da ANEEL.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios.

Os componentes tarifários financeiros não fazem parte da base tarifária econômica e se referem a valores a serem pagos ou recebidos pelos consumidores em cada ciclo tarifário, em função das obrigações legais e regulamentares impostas ao setor elétrico. Os detalhamentos e formas de cálculo destes itens financeiros estão dispostos no PRORET, submódulos 4.1, 4.2A, 4.3 e 4.4A.

Consumidores livres são aqueles que devem seguir os atuais critérios de migração para o mercado livre foram estabelecidos em 1998, pela Lei no 9.648/1998, que criou dois grupos de consumidores aptos a escolher seu fornecedor de energia elétrica. O primeiro grupo é composto pelas unidades consumidoras com carga maior ou igual a 3.000 kW atendidas em tensão maior ou igual a 69 kV – em geral as unidades consumidoras do subgrupo A3, A2 e A1. Também são livres para escolher seu fornecedor novas unidades consumidoras instaladas após 07 de julho de 1995 com demanda maior ou igual a 3.000 kW e atendidas em qualquer tensão. Estes consumidores podem comprar energia de qualquer agente de geração ou comercialização de energia.

O segundo grupo, composto pelas unidades consumidoras com demanda maior ou igual que 500 kW atendidos em qualquer tensão, também podem escolher seu fornecedor, mas seu leque de escolha está restrito à energia oriunda das chamadas fontes incentivadas, a saber: Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's, Usinas de Biomassa, Usinas Eólicas e Sistemas de Cogeração Qualificada.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) é o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Instituído como uma pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, o ONS foi criado em 26 de agosto de 1998, pela Lei nº 9.648,



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.848/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.081/2004.

A ANEEL disponibiliza a Central de Informações Econômico-Financeiras do Setor Elétrico – CIEFSE, através do link <https://www.aneel.gov.br/central-de-informacoes-economico-financeiras>, que foi instituída pela Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010. O objetivo principal dela é divulgar informações que representem adequadamente a situação econômico-financeira das concessionárias e permissionárias de transmissão e de distribuição de energia elétrica. Entre os dados divulgados, estão as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs dessas concessionárias e permissionárias. Os números são informados eletronicamente pelos próprios agentes. A Contabilidade Regulatória foi instituída pela Resolução Normativa nº 396/2010 devido à necessidade de se preservar informações imprescindíveis à regulação e à fiscalização e que não estão mais disponíveis na contabilidade societária, devido à convergência das práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais determinada pela lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Nas DCRs, uma nota explicativa demonstra a conciliação entre o resultado apresentado na Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, para fins societários, e o resultado apresentado na Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício – DRRE. A nota também explicita a conciliação entre os saldos apresentados dos grupos e subgrupos de contas que compõe o balanço patrimonial societário e o regulatório, com as devidas explicações.

Estão disponíveis na CIEFSE as DCRs e as demonstrações para fins societários encerradas desde 2011.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A DCELT tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 050/1999, firmado em 28 de junho de 1999 entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL <http://www.aneel.gov.br>:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Nº do contrato - 050/1999	Origem - Aneel	UF - SC
Vigente até - 07/07/2045		
Concessionária - Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - Iguazu Energia		
Documentos - Contrato de Concessão Primeiro Termo Aditivo Segundo Termo Aditivo Terceiro Termo Aditivo Quarto Termo Aditivo Quinto Termo Aditivo		

3. Base de apresentação

3.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, editado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o qual encontra-se harmonizado com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Através do Despacho Aneel nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 foi revogado a versão 2015 do MCSE, o qual terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

As principais particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária são tratadas nas Instruções Gerais – IG, Instruções Contábeis – IC e Técnicas de Funcionamento do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Entre as principais adaptações apresentadas neste Manual em relação aos CPCs, destacam-se:

- a) ICPC 01 – Contratos de Concessão – esta ICPC não foi contemplada neste Manual. Desta forma, quando da sua aplicação para fins societários não deverá refletir nas informações contábeis regulatórias, devendo seus efeitos serem eliminados.
- b) CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras – este CPC estabelece a necessidade de segregação entre custos e despesas dos gastos alocados no resultado do exercício, segregação esta não requerida neste manual.
- c) CPC 27 – Imobilizado – este CPC estabelece que o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Entretanto, no âmbito regulatório, quem é competente para definir a vida útil e a taxa de depreciação dos bens é o Órgão Regulador, não cabendo à Companhia realizar a revisão mencionada no CPC 27.
- d) CPC 06 – Arrendamento Mercantil – a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Possíveis mudanças de práticas societárias decorrentes da aplicação dessa norma, em virtude de alguma excepcionalidade, principalmente quanto ao arrendamento mercantil financeiro, deverão ser comunicadas previamente ao Órgão Regulador.
- e) As Outorgadas, as quais possuem revisão tarifária, deverão registrar contabilmente para fins regulatórios a reavaliação regulatória compulsória valorada com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Na nota explicativa de reconciliação entre contabilidade regulatória e societária são apresentados mais detalhes dos impactos. Os dados financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; e c) o ativo imobilizado é atualizado pelo valor novo de reposição a cada revisão tarifária, sendo que esta ocorreu em agosto de 2021.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Depreciação da infraestrutura

Os bens são depreciados de forma linear pela vida útil regulatória definida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota 7.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

4. Principais Políticas contábeis

4.1. Mudanças nas políticas contábeis

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de sua vigência.

4.2. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se aos componentes financeiros apurados pela Companhia e pela ANEEL a cada período tarifário, e que são acrescentados ou subtraídos dos processos de reajuste ou revisão tarifária, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

4.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.4. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

4.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

4.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.8. Investimentos de curto prazo

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

4.9. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 6).

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu 'contas a receber' (nota 7).

4.10. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque

destinados aos investimentos estão classificados no ativo imobilizado e valorizados pelo custo médio de aquisição.

4.11. Ativo Imobilizado

Imobilizado em serviço: Em 2021, a Dcelt passou pelo processo de revisão Tarifária Periódica e teve seu Ativo Imobilizado em Serviço avaliado a Valor Novo de Reposição-VNR, compreendendo os bens que fazem parte das bases blindadas e os bens incrementais adquiridos no período de março/2016 a fevereiro/2021.

Tabela 10. Remuneração do Capital e Quota de Reintegração

Descrição	
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	105.412.345
(2) Índice de Aproveitamento Integral	85.940
(3) Obrigações Especiais Bruta	50.123.796
(4) Bens Totalmente Depreciados	13.144.512
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	42.058.097
(6) Depreciação Acumulada	48.330.490
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	57.081.854
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	37.430
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	57.044.424
(10) Almojarifado em Operação	684.368
(12) Obrigações Especiais Líquida	35.493.557
(13) Terrenos e Servidões	3.427.815
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	25.663.049
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	25.663.049
(16) WACC antes de impostos	10,64%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	2.729.377
(18) Base Obrigações Especiais	50.123.796
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	2,57%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	1.285.836
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)+(23)	4.015.213
(25) Taxa de Depreciação	4,14%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	1.741.205



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Em atendimento ao estabelecido no submódulo 2.3 do módulo 2 do Procedimento de Regulação Tarifária-PRORET, os valores da tabela acima foram atualizados pelo IPCA em sua data base do Laudo de Avaliação, de fevereiro de 2021 a julho de 2021.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente.

O resultado na alienação de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os bens são atualizados pelo Valor Novo de Reposição – VNR pelos valores do último laudo de revisão tarifária, sendo que na Companhia ocorreu em 2021.

Bens e instalações em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro – UC e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização – ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

4.12. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e Consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica.

4.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.14. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.16. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.17. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Em 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição, abrindo a Audiência Pública nº 61/2014

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em Outras Contas a Receber e/ou, a Pagar, em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

4.18. Taxas regulamentares

a. Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. Com a publicação do Decreto 9.022 de 31/03/2017, artigo 27, as concessionárias do serviço público de energia elétrica que tenham saldos de débitos correspondentes ao fundo de reversão registrados na conta contábil 2219 - Outros Passivos Não Circulantes - 2219.8 - Reversão/Amortização, derivados dos investimentos de que trata o caput, deverão amortizar integralmente os débitos com o fundo da RGR até 31 de dezembro de 2026.

b. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

- c. Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

- d. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- e. Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

4.19 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	8.578	7.150
	<u>8.578</u>	<u>7.150</u>

6. Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber de consumidores faturad	14.295	10.876
Contas a receber de consumidores não fat	3.537	2.532
Outras	7.038	1.047
	<u>24.870</u>	<u>14.455</u>
Perdas Estimadas p/Créditos de Liquid. Duv	(511)	(394)
Rendas a receber	278	322
Total de conta a receber de clientes	<u>24.637</u>	<u>14.383</u>

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Na rubrica "Outras", está somado o valor de R\$ 2.241 que se refere a ação de cobrança de diferença de tarifa conforme Processo Nº080.05.001460-9/0001174-91.2019.8.24.0080, já transitado/julgado, aguardando somente o cálculo para cumprimento de sentença com penhora de bens, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de atualização monetária pelo IGP-M, juros de 1% pro rata dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Classe do consumidor	2021			Total 2021
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	
Residencial	3.880	1.081	199	5.160
Industrial	1.962	260	181	2.402
Comércio, Serv.e Outras Ativid.	2.805	385	81	3.271
Rural	1.668	505	130	2.302
Poder Público	375	14	11	399
Iluminação Pública	423	-	-	423
Serviço Público	337	-	-	337
Subtotal	11.449	2.244	601	14.295
Fornecimento não Faturado	3.537	-	-	3.537
Serviço Taxado	-	42	11	53
Outras	155	158	18	330
Encargo Uso da Rede Elétrica	2.042	-	-	2.042
	17.182	2.444	630	20.257

Classe do consumidor	2020			Total 2020
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	
Residencial	3.035	740	140	3.915
Industrial	1.697	56	150	1.903
Comércio, Serv.e Outras Ativid.	2.294	190	66	2.550
Rural	1.261	307	83	1.651
Poder Público	230	15	1	246
Iluminação Pública	377	-	-	377
Serviço Público	234	-	-	234
Subtotal	9.128	1.308	440	10.876
Fornecimento não Faturado	2.532	-	-	2.532
Serviço Taxado	-	47	10	57
Outras	769	156	11	936
Encargo Uso da Rede Elétrica	54	-	-	54
	12.483	1.511	461	14.455

7. Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PELCD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

	2021			2021
	2020	Provisões Adições	(Reversão)	
Contas a receber de consumidores faturados	394	5.424	(5.293)	525
Total circulante	394	5.424	(5.293)	525

	2020			2020
	2019	Provisões Adições	(Baixas)	
Contas a receber de consumidores faturados	366	4.492	(4.464)	394
Total circulante	366	4.492	(4.494)	394

	2021			2020		
	Receivable	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Receivable	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	17.831	(501)	17.330	13.408	(375)	13.033
-CCEE	2.387	-	2.387	593	-	593
Disponibilidade rede elétrica	2.042	-	2.042	54	-	54
Outros recebíveis	2.888	(10)	2.878	721	(19)	702
Total	25.148	(511)	24.637	14.776	(394)	14.382
Ativo circulante			24.637			14.382

Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição e comercialização de energia elétrica.

A composição das contas a receber de fornecimento de energia por classe de consumidor, está demonstrada como segue:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	2021		2020	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	5.160	(200)	3.915	(141)
Industrial	2.402	(149)	1.904	(149)
Comercial	3.271	(85)	2.550	(52)
Rural	2.302	(66)	1.650	(32)
Poderes públicos	399	(1)	246	(1)
Iluminação pública	423	-	377	-
Serviços públicos	337	-	234	-
Não faturado	3.537	-	2.532	-
Total	17.831	(501)	13.408	(375)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2021		2020	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	14.985	(421)	11.659	(262)
Saldos vencidos:				
90 dias	2.244	(63)	1.309	(14)
Entre 91 e 180 dias	149	(4)	67	(42)
Entre 181 e 360 dias	92	(3)	99	(8)
Acima de 361 dias	361	(10)	274	(49)
Total	17.831	(501)	13.408	(375)

No exercício de 2021, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 4.297 (R\$ 126 da baixa líquida efetiva dos recebíveis incobráveis). Os reflexos são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada no quadro abaixo:

Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(394)	(366)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(19)	(46)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	20	18
Saldo final do exercício	(393)	(394)

Em 31 de dezembro de 2021, as Perdas de Crédito Esperada – PCE, totalizaram R\$ 19 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2020).



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Políticas contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes de curto prazo por meio de utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos e compreende resumidamente em:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

8. Serviços pedidos em curso

O saldo de R\$ 64 (R\$ 61 em 31/12/2020) refere-se aos valores do projeto em andamento do Programa de Eficiência Energética – PEE Campanha Consumo Consciente e que assim que concluído será compensado com valores registrados no passivo, e Ordens em Curso de Manutenção de Redes Elétrica.

9. Subvenção CDE

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 1.845 (R\$ 1.275 em 31 de dezembro de 2020) compreende aos Créditos CDE a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ANEEL homologa o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, considerando o que determina a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

10. Outros créditos a receber

	2021	2020
Subvenção baixa renda	42	58
Despesas Pagas Antecipadamente	19	23
Desativações em Curso	63	45
	<u>124</u>	<u>126</u>

11. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	31	30	33	53
Imposto de Renda	139	-	-	-
Contribuição Social	56	-	-	-
Outros	3	-	-	-
	<u>229</u>	<u>30</u>	<u>33</u>	<u>53</u>

(a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos), de acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

12. Imobilizado/Intangível

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	Taxa média anual de Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
<u>Em serviço</u>			
Intangíveis	0,00%	382	340
Terrenos	0,00%	3.697	2.926
Edific., Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	726	639
Máquinas e Equipamentos	4,23%	113.735	88.628
Veículos	14,29%	1.515	2.054
Móveis e Utensílios	6,25%	357	287
		120.412	94.874
<u>(-) Reintegração/Amortização Acumulada</u>			
Intangíveis		(380)	(334)
Edific., Obras Civas e Benfeitorias		(533)	(513)
Máquinas e Equipamentos		(53.016)	(44.344)
Veículos		(937)	(1.357)
Móveis e Utensílios		(340)	(265)
		(55.206)	(46.813)
Total em serviço		65.207	48.061
<u>Em curso</u>			
Máquinas e Equipamentos		1.406	1.587
A ratear		5	6
Material em depósito		2064	1.624
		3.475	3.217
(-) Obrig. especiais vinc. a concessão		(38.724)	(31.416)
Total em curso		35.249	28.201
Total Imobilizado e intangível		68.681	51.278

(a) Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

(b) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

(c) Reavaliação Regulatória Compulsória

Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico- MCSE, a Companhia registrou em 2016, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis do subgrupo 1232 – Ativo Imobilizado e subgrupo 2223 – Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da conta contábil específica do subgrupo 2403 – Patrimônio Líquido.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

#	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODI 5255/21 – Redes	387
2	ODI 16185/21 – Redes	344
3	ODI 6519/21 – Redes	241
4	ODI 54862/21 – Redes	205
5	ODI 29007/21 – Redes	197
6	ODI 57547/20 – Redes	175



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

7 ODI 89095/21 – Reguladores	145
8 ODI 8511/21 – Redes	116
9 ODI 77239/21 – Redes	113
10 ODI 31473/21 – Redes	111

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

# DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1 ODD 40319/21 – Redes	74
2 ODD 77567/21 – Redes	61
3 ODD 68919/21 – Redes	56
4 ODD 22926/21 – Redes	54
5 ODD 54278/21 – Redes	50
6 ODD 15466/21 – Redes	42
7 ODD 77239/21 – Redes	33
8 ODD 31473/21 – Redes	32
9 ODD 85140/21 – Veículo	25
10 ODD 31475/21 – Redes	14

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

13. Partes relacionadas

As transações entre a Companhia e seus sócios controladores referem-se exclusivamente a avais, em operações usuais de financiamentos com instituições financeiras. Consequentemente, não causam nenhum efeito sobre o resultado e a posição financeira da Companhia.

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem seus avalistas, os sócios controladores e/ou seus diretores, em montante do passivo para os contratos de financiamento abaixo listados:

Instituição	Posição 31/12/2021	% do aval	Início	Término	Avalistas
Banco do Brasil	278	100	dez/13	Set/24	Netherinvest Participações Ltda e Joaquim Salles Leite Filho
Total	278				

Fornecedores	2021	2020
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.739	2.433
Celesc Distribuição S/A (a)	3.634	7.480
Celesc Distribuição S/A (b)	35.434	-
Focus Energia Ltda	4.088	3.900
Materiais	82	74
Serviços	203	168
Materiais e Serviços de imobilizado	528	684
Mercado de Curto Prazo	4.090	-
	50.798	14.739

(a) - O valor de R\$ 3.634 refere-se ao Contrato de Uso do Sistema de Distribuição com a Celesc S/A, competências novembro/2021 (parte) e mês de dezembro/2021.

(b) - O valor de R\$ 35.434 refere-se a despesa já reconhecida e contabilizada em seu período de competência, da Celesc S/A processo nº 080.08.00414-8/000, restando somente decisão final da mesma para finalização do pagamento da referida obrigação através de depósito judicial já efetuado.

14. Empréstimos e financiamentos

OPERAÇÃO	2021	2020
FINAME	278	403
Outras operações	167	277
TOTAL	445	680
Parcela de circulante	248	248
Parcela de não circulante	197	432

14.1 Composição e condições pactuadas

Instituições financeiras / credores*	Captação	% - Juros	Índice correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
CCB	441	0,36% am	CDI	248	122	152
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	197	126	45
TOTAL				445	248	197

Instituições financeiras / credores*	Captação	% - Juros	Índice correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
CCB	441	0,36% am	CDI	248	122	126
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	432	155	277
TOTAL				680	277	403

*valores em moeda nacional

14.2. Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (líquido dos custos a amortizar):

Instituições financeiras / credores	B.N.D.E.S.	Luz p/todos	FINAME/CCB	TOTAL
Saldo inicial - 31/12/2019	18	8	933	959
Ingressos	-	-	-	-
Encargos	-	-	46	46
Baixas de principal	-13	-8	-248	-269
Baixas de juros	-5	-	-51	-56
Saldo final - 31/12/2020	-	-	680	680
Ingressos	-	-	-	-
Encargos	-	-	66	66
Baixas de principal	-	-	-238	-238
Baixas de juros	-	-	-63	-63
Saldo final 31/12/2021	-	-	445	445

14.3. Composição da parcela do não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos (em R\$ mil):

Ano	Finame	Outras operações	Total
2022	64	45	109
2023	64	-	64
2024	24	-	24
TOTAL	152	45	197

14.4. Garantias

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem como garantia os próprios bens, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos sócios quotistas controladores.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

15. Impostos e contribuições a recolher circulante e não-circulante

Circulante	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ICMS	17.935	7.623
INSS	254	251
FGTS	103	100
Programa de Integração Social – PIS	70	105
Contribuição Financ. da Segur. Social – COFINS	323	484
Contribuição Social s/ Lucro Líquido – CSLL	-	27
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	92
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF 3ºs	12	7
Imposto Sobre Serviço – ISS	10	4
	<u>18.707</u>	<u>8.693</u>

16. Encargos do consumidor a recolher

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	949	1.658
Fundo Nac. Desenv. Científico e Tecnol.-FNDCT	43	26
Ministério de Minas e Energia – MME	24	13
Programa de Pesquisa e Desenvolvim – P&D (a)	1.209	1.019
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	2.829	2.498
Programa de Eficiência Energética – PROCEL	180	152
Bandeiras Tarifárias	4.305	710
	<u>9.539</u>	<u>6.076</u>

- (a) Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética e pela Medida Provisória 998 de 1º de setembro de 2020. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

17. Obrigações estimadas

O valor de R\$ 2.357 (R\$ 2.028 em 31/12/2020), refere-se à provisão de férias, vencidas e a vencer proporcionais, exigíveis na data do balanço, e seus respectivos encargos sociais sobre as provisões, devidos pela Companhia.

18. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

a) A composição da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

Processos judiciais	31/12/2021			31/12/2020		
	Passivo	Ativo	Provisão líquida	Passivo	Ativo	Provisão líquida
	Valor da provisão	Depósitos Judiciais		Valor da provisão	Depósitos judiciais	
Celesc	-	35.433	-	34.301	34.301	-
Cemid	2.200	-	2.200	2.200	-	2.200
Cíveis	1.988	73	1.915	2.191	4	2.187
Trabalhistas	-	44	44	150	-	150
Não circulante	4.188	35.550	4.159	38.842	34.305	4.537



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

b) A movimentação dos processos cíveis, trabalhistas e regulatórias:

ITENS	Cíveis	Trabalhistas	Regulatórias
Saldo inicial 31/12/2019	1.516	80	318
Adição	19.408	1.120	-
Reversão	-18.733	-1.050	-318
Saldo final 31/12/2020	2.191	150	-
Adição	21.803	1.712	-
Reversão	-22.006	-1.862	-
Saldo final 31/12/2021	1.988	-	-

Cemid

Refere-se ao Processo Judicial nº 98.60.000872-8, que tramita perante a Vara da Justiça Federal em Chapecó, SC, no qual se discute o valor das redes de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional, Ltda. - CEMID, encampada através da Resolução ANEEL nº 155, de 12.05.98. O referido processo encontra-se no Tribunal Regional da 4ª Região aguardando julgamento.

Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

19. Outras contas a pagar

	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contrib.de iluminação púb	321	-	318	-
Ajustes de faturamento	196	-	120	-
Suprimento-Micro geraç.	1.678	-	1	-
Multas do ICMS parcelado	-	-	13	-
Aluguéis	61	-	66	-
Contribuições financeiras	14	-	15	-
Juros do ICMS parcelado	-	-	35	-
Bônus Itaipu receb.Eletrob.	-	-	-	-
Retenção quotas da RGR	5	24	5	28
Indenizações Trabalhistas	10	-	229	-
Taxa de Fiscalização	9	-	8	-
Outros	72	-	66	-
	2.366	24	876	28

Contribuições financeiras - cobradas nas contas de energia elétrica, que de acordo com os contratos firmados serão repassados a diversas entidades.

Ajustes de faturamento - é composto de pagamentos efetuados em duplicidade, compensação de DIC/FIC, DIC/FIC/DMIC, etc., os quais são repassados aos consumidores através do faturamento.

Outros - O valor de R\$ 72 (R\$ 66 em 2020) refere-se a despesa reconhecida e contabilizada em seu período de competência, referente a diferenças de tarifa de suprimento.

O valor de R\$ 35.434 refere-se a despesa já reconhecida e contabilizada em seu período de competência, da Celesc S/A processo nº 080.08.00414-8/000, restando somente decisão final da mesma para finalização do pagamento da referida obrigação através de depósito judicial já efetuado.

20. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/20	Adições (A)	Transferências (D)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/21	Adições Brutas (A+D)	Adições Líquidas (A+B+C)
AIS Bruto = 2223.X.01/4	-37.273	-30.840	0	15.062	-53.051	30.840	-30.840
Part. da União, Est.e Munic.	-2.834	-1.990	0	1.354	-3.471	-1.990	-1.990
Particip. Financ. do Cons.	-13.529	-10.349	0	5.366	-18.513	-10.349	-10.349
Doações Subv.Dest. Invest.	-13.584	-10.688	0	4.843	-19.430	-10.688	-10.688
Pesquisa e Desenvolvimento	-2.122	-1.575	0	1.014	-2.683	-1.575	-1.575
Outros	-5.204	-6.238	0	2.486	-8.956	-6.238	-6.238
Ultrap.Dem. e Exced.Reat.	-4.579	-5.799	0	2.188	-8.190	-5.799	-5.799
Outros	-625	-439	0	299	-765	-439	-439
AIC = 2223.03/6	-5.214	-6.639	10.664	0	-1.189	4.025	-6.639
Part. da União, Est.e Munic.	0	0	0	0	0	0	0
Particip. Financ. do Cons.	-388	-3.008	2.941	0	-455	-67	-3.008
Outros	-4.826	-3.630	7.722	0	-734	4.092	-3.630
Ultrap.Dem. e Exced.Reat.	-3.694	-687	4.085	0	-295	3.398	-687
Outros	-1.132	-2.943	3.637	0	-439	694	-2.943
Amortiz. Acum. = 223.X.02/5	11.072	1.076	0	3.369	15.517	1.076	1.076
Part. da União, Est.e Munic.	1.395	62	0	390	1.848	62	62
Particip. Financ. do Cons.	4.205	380	0	1.263	5.848	380	380
Doações Subv.Dest. Invest.	3.753	432	0	1.159	5.344	432	432
Pesquisa e Desenvolvimento	481	46	0	157	684	46	46
Outros	1.238	156	0	399	1.793	156	156
Ultrap.Dem. e Exced.Reat.	915	142	0	309	1.366	142	142
Outros	323	14	0	90	427	14	14

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

#	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODI 5255/21 – Redes	387
2	ODI 16185/21 – Redes	344
3	ODI 6519/21 – Redes	241
4	ODI 54862/21 – Redes	205
5	ODI 29007/21 – Redes	197
6	ODI 57547/20 – Redes	175
7	ODI 89085/21 – Reguladores	145
8	ODI 8511/21 – Redes	116
9	ODI 77239/21 – Redes	113
10	ODI 31473/21 – Redes	111



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.388 (R\$ 6.388 em 31 de dezembro de 2020), representado por 25.966 quotas, cuja composição por quotista é a seguinte:

<u>Quotistas</u>	<u>Quotas</u>	<u>%</u>
Netherinvest Participações Ltda.	23.752	91,47%
Outros	2.214	8,53%
	<u>25.966</u>	<u>100,00%</u>

b) Reserva de Lucros

A reserva apresentada refere-se a decisão em ATA da AGO/AGE datada de 14/09/2005, devido a Lei 10.848 de 15/04/2014 que determinava a segregação da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica, que resultou na redução do Capital Social com quotas que se encontravam em tesouraria. A referida segregação de atividade foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1034 de 27/07/2010. A reserva de Lucros poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

22. Receita operacional

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecimento de energia	158.580	128.172
Outras receitas (a)	26.647	23.497
	<u>185.227</u>	<u>151.669</u>
<u>Tributos sobre a receita operacion. bruta</u>		
Imposto s/circ.de mercad. e serviços-ICMS	(34.214)	(29.762)
Programa de integração social – PIS	(2.633)	(2.603)
Contr.p/financ. da segurid. social – COFINS	(12.126)	(11.991)
Imposto sobre serviços – ISS	(10)	(10)



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Encargos regulamentares da concessão

Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(220)	(236)
Programa de eficiência energética -PEE	(632)	(508)
Conta de desenvolvim. energético – CDE	(5.992)	(6.720)
Taxa Fisc.Serviços de Energia Elét. – TFSEE	(106)	(100)
Fundo nac. desenv. científ.e tecnol.–FNDCT	(275)	(182)
Ministério de Minas e Energia – MME	(137)	(91)
Bandeiras Tarifárias	(13.899)	(395)
Demais Ativ.e Pas.Financ. -Neutralidade	13.137	4.200
	<u>(57.107)</u>	<u>(48.398)</u>
Receita operacional líquida	<u>128.120</u>	<u>103.271</u>

(a) Os saldos de Outras Receitas são compostos por:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviço Taxado	338	311
Serviços de administração, faturamento e arrecadação de convênios e serviços solicitados pelo consumidor	25	556
EUSD – Consumidores Livres	24.463	21.329
Aluguel de postes	1.632	979
Subvenções vinc. ao serviço conced.- Baixa renda	239	322
	<u>26.697</u>	<u>23.497</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

No Exercício de 2021 e 2020, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

ITENS	N° consumidores		MWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	28.799	28.032	67.750	66.097	36.522	31.300
Industrial	1.494	1.275	28.129	30.103	33.343	24.986
Comercial	4.482	4.354	41.023	41.545	21.287	19.209
Rural	4.772	4.718	39.356	38.531	18.331	14.638
Poder Público	416	405	4.411	4.092	2.477	2.021
Iluminação Pública	7	7	9.598	9.591	3.148	2.540
Serviço Público	53	46	4.520	4.297	2.021	1.593
(-) Excesso demanda	-	-	-	-	-295	-3.694
Subtotal	40.023	38.837	194.787	194.256	116.834	92.593
ICMS Faturado	-	-	-	-	34.214	29.762
PIS	-	-	-	-	2.633	2.603
COFINS	-	-	-	-	12.125	11.991
Fornec. Não faturado	-	-	-	-	-1.071	-50
TOTAL	40.023	38.837	194.787	194.256	164.735	136.899



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

23. Custos do serviço e despesas operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Energia elétrica comprada p/revenda (e)	64.392	43.200
Encargo uso do sist. de transm. e distrib.	40.528	37.411
Pessoal (a)	14.233	13.935
Material (b)	1.082	1.045
Serviços de terceiros (c)	3.369	2.979
Depreciação e amortização	1.433	1.440
Arrendamentos e alugueis (d)	731	736
Outros (f)	2.290	1.569
	<u>128.058</u>	<u>102.315</u>

a) Pessoal

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remunerações	11.306	11.145
Encargos sociais	4.005	3.819
Auxílio alimentação	375	347
Convênio assistencial e outros benefícios	647	560
(-) Transferências p/imobilizaç. em curso	(2.100)	(1.936)
	<u>14.233</u>	<u>13.935</u>

b) Materiais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Manutenção do Sist. Elétrico e Equipos	750	735
Reparos, limpeza e uniform. e ferramentas	54	52
Peças, Acessór.e Combustível p/ Veículos	473	323
Material de Expediente	69	77
(-) Transferências p/Contas Patrimoniais	(264)	(142)
	<u>1.082</u>	<u>1.045</u>

c) Serviços de terceiros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Consultoria e auditoria	511	245
Manutenção sistema elétrico e equiptos	434	537
Limpeza, conserv.de prédios e segurança	39	45
Conserto e conservação de veículos	102	96
Processamento de dados	767	738
Comunic., correios, reprogr. e publicidade	462	480
Frete, passagens, hosped. e alimentação	51	16
Progr.de controle médico da saúde ocup.	47	26
Formação profissional de empregados	9	2
Honorários advocatícios	1.009	832
(-) Transferências p/contas patrimoniais	(62)	(38)
	<u>3.369</u>	<u>2.979</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

d) Arrendamentos e aluguéis

Valor de R\$ 711 em 2021 (R\$ 736 em 2020) compreende ao contrato de locação com a empresa Dimetal Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda., de imóveis urbanos situados na cidade de Xanxerê - SC, com prazo de 36 meses a partir de 01/12/2018, reajustados pelo IGPM, com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 876 de 26/03/2013.

Valor de R\$ 20 em 2021 compreende ao contrato de aluguel e gestão de frotas, firmado para locação de veículos com a empresa Localiza Fleet S/A assinado em maio de 2021. A vigência se dará por cada locação de veículo, individualmente, que será por 2 anos cada locação, podendo ter sua vigência prorrogada por meio de Termo Aditivo Contratual.

Os valores contratados serão corrigidos monetariamente, individualmente para cada carro efetivo, a cada 12 meses, contados do início de sua cobrança, considerando a variação positiva do IPCA-IBGE.

e) Energia elétrica comprada para revenda

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, está sendo somado junto com a energia elétrica comprada para revenda, de acordo com o que determina o Ofício Circular Nº 2.775/2008-SFF/ANEEL de 24/12/2008.

	MWh (valores não auditados*)		Uso do sistema de distribuição			
	31/12/2021	31/12/2020	CUSD – 2021		CUSD – 2020	
			Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta
Celesc Dist. S/A	-	-	582.840	610.413	606.881	654.488
Focus Energ.Lt.	158.776	149.040	-	-	-	-
ITAIPÚ	44.128	43.905	-	-	-	-
PROINFA	4.487	4.464	-	-	-	-
Outras Fontes de Energia	42.786	52.744	-	-	-	-
Total	250.177	250.153	582.840	610.413	606.881	654.488

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

f) Outras despesas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Seguros	13	17
Tributos e contribuições Municipais, Estaduais e Federais e taxas diversas	114	89
Doações, contribuições e subvenções	29	28
Provisão estimada p/créd.de liquid. duvidosa	132	27
Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia (a)	(172)	(140)
Provisão para causas cíveis	(352)	427
Consumo próprio de energia elétrica	61	46
Assinaturas de livros, revistas e informat. fiscais	3	2
Pesquisa da satisfação do consumidor	22	-
Danos elétricos pagos aos consumidores	755	290
Conselho de Consumidores	37	7
Desativação de redes	1.281	483
Outras despesas	367	293
	<u>2.290</u>	<u>1.569</u>

(a) Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia, que não constitui uma Unidade de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Portaria DNAEE n.º 815 de 30 de novembro de 1994.

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Acréscimo moratório de venda de energia	2.096	828
Variações monetárias	515	676
Outras receitas	(41)	(53)
Total	<u>2.570</u>	<u>1.451</u>
Variações monetárias e cambiais	(517)	(285)
Encargos de dívidas	(1)	(1)
Juros passivos	(989)	(453)
Total	<u>(1.507)</u>	<u>(739)</u>
Total Líquido	<u>1.063</u>	<u>712</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

25. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

a) Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias (provisões estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para litígios, efeitos das diferenças entre contabilidade societária e regulatória), cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
CSLL Diferido	663	573	-	-
IRPJ Diferido	1.555	1.304	-	-
	2.218	1.877	-	-

Foram excluídos na apuração das bases de cálculo dos tributos diferidos na contabilidade regulatória, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

Os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

A Companhia submeteu para aprovação o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
IMPOSTOS CORRENTES				
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	1.466	1.466	1.669	1.669
Adições/Exclusões:	<u>(2.813)</u>	<u>(2.813)</u>	<u>(183)</u>	<u>(183)</u>
_ Provisão para contingências	(352)	(352)	427	427
_ Provisão est.p/créd. de liquid. div.	132	132	27	27
_ Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	(637)	-
_ Outras Exclusões	(2.593)	(2.593)	-	-
_ Compensação Base Negativa	-	-	-	(637)
Base de Cálculo	(1.347)	(1.347)	1.486	1.486
Alíq. Fisc. de 15% p/IRPJ e 9% p/CSLL	-	-	223	134
Adicional de 10% s/o que ultrap. 240.000,00	-	-	124	-
Impostos Correntes Devidos	-	-	347	134
Total provisão corrente registrada		-		481

A forma de apuração de cálculo dos tributos dos anos de 2021 e 2020 foi pelo lucro real estimativa.

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
IMPOSTOS DIFERIDOS				
Ativo Fiscal Diferido	(116)	(116)	(34.305)	(34.305)
Passivo Fiscal Diferido	4.714	4.714	39.235	39.235
Prejuízo Fiscal (Parte B do Lalur)	1.622	-	286	-
Base negativa da CSLL	-	2.772	-	1.436
	<u>6.220</u>	<u>7.370</u>	<u>5.216</u>	<u>6.366</u>
Impostos Diferidos Devidos	1.555	663	1.304	572
Impostos Dif. no Exercício Anterior	(1.304)	(572)	(1.344)	(587)
Provisão Diferida Registrada	251	90	(40)	(15)
Total provisão diferida registrada		341		(55)



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

26. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. O critério de avaliação é pelo valor justo e por meio do resultado:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	8.578	8.578	7.150	7.150
Contas a receber de clientes	24.637	24.637	14.383	14.383
Depósitos judiciais	35.550	35.550	34.305	34.305
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	15.364	15.364	14.739	14.739
Emprést. e financiamentos	445	445	680	680

a. Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

b. Valor justo dos ativos financeiros

Os saldos contábeis compreendem aos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

dezembro de 2021 e de 2020 e não saldos que apresentem diferenças entre o valor contábil e de mercado dos ativos e passivos:

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A hierarquia de valor justo do ativo financeiro de concessão é 2.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

d. Fatores de risco

- **Risco de crédito** – Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** – O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 15. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.
- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado serão renegociados.
- **Risco Cambial** – Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente não há exposição ao câmbio em sua dívida.
- **Risco de vencimento antecipado** – A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que requerem o cumprimento de *covenants*.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** – As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.
- **Risco de Escassez de Energia** – O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, mas não comprometeria o resultado da Companhia na mesma proporção.

e. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

27. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

<u>Energia Contratada</u>	<u>Vigência</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Após 2025</u>
Focus Energia, ITAIPU, PROINFA, Angra, Outras Cotas	2014 a 2035	250.178	250.178	250.178	250.178	2.397.535



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Energia Total Adquirida em 2021	270.488
Liquidação na CCEE	(20.311)
Energia Bruta adquirida em 2021	<u>250.177</u>
MVE – Mecanismo de Vendas Excedentes*	<u>(32.678)</u>
Energia Líquida Adquirida em 2021	217.499

*Registro Contrato CCEAL MVE 1678311 – Produto 6ECPF-S vigente de 07/2021 a 12/2021.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCVEE, e foram homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

O contrato de compra e venda de energia elétrica firmado em 16 de junho de 2011 com vigência de 1º de agosto de 2011 a 31 de julho de 2035, foi CEDIDO a empresa Focus Energia Ltda a partir de 1º de janeiro de 2018 mantendo a vigência até 31 de julho de 2035. O referido Termo de Cessão do contrato de compra e venda de energia elétrica tem a devida anuência através do Despacho pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica n. 546 de 13 de março de 2018.

28. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos (a)	20/08/2022	100% Fipe	27

(a) 31 veículos próprios segurados, conforme apólices.

29. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica. A Companhia adota o regime de competência para a contabilização dos lançamentos na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais 25 e 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003, respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 15 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Os Ativos e Passivos Regulatórios estão com seus saldos em 31/12/2021 apresentados conforme a tabela a seguir:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Ativo	2021		2020	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Reajuste tarifário de 2021 em compensação				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.296	-	198	1
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – COVID	-	-	(377)	-
Progr.incen. a fontes alternat. de energia-CVA Proinfa	179	-	-	-
Progr.incen. fontes alternat. de energia-Proinfa-COVID	132	-	185	-
Custos energia elétr. comprada p/revenda-CVA energ.	2.595	-	781	1
Custos energia elétr. comprada p/revenda – COVID	-	-	(3.393)	-
Transporte de energia elétrica-Itaipu Binacional	120	-	20	-
Transporte de energia elétrica-Itaipu Binac. –COVID	-	-	(86)	-
Encargo de Serviços do Sistema – CVA ESS	502	-	-	-
Encargo de Serviços do Sistema – ESS – COVID	1.289	-	1.062	-
Transporte de energia pela rede básica	34	-	2	-
Transporte de energia pela rede básica – COVID	-	-	(8)	-
Neutralidade da Parcela B – Covid	4	-	-	-
Sobrecontratação de energia	770	-	-	-
Risco Hidrológico	-	-	566	-
Antecipação da Parcela B – Covid	97	-	-	-
	7.019	-	(1.050)	2
Varição capturada para reajuste tarifário em 2022				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	203	9	178	-
Program. incen. a fontes alternat.de energia-CVA Proinfa	-	-	49	-
Custos energia elétr. comprada p/revenda-CVA energ.	-	-	2.413	198
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	76	1	86	-
Transporte de energia pela rede básica	7	-	55	1
Encargo de Uso do Sistema – ESS	4.834	128	-	-
Neutralidade da Parcela A	1.393	-	672	2
Ajuste do CUD	48	-	-	-
Ajuste de Subsídio CDE	-	-	193	-
Diferimento PIS/COFINS na Tarifa	21.532	167	-	-
Outros Ativos Financeiros	2.627	-	-	-
	30.720	305	3.646	201
TOTAL	37.739	305	2.596	203



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	2021		2020	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Passivo				
Reajuste tarifário de 2021 em compensação				
Conta de desenvolvimento energético – CDE – COVID	588	-	466	-
Custos de energia elétrica comprada p/revenda – COVID	2.722	-	219	-
Progr.de incentivo a fontes alternat.de energia-CVA Proinfa	-	-	55	-
Progr. incent. a fontes alternat.de energia-Proinfa – COVID	-	-	(55)	-
Transporte de energia elétrica – Itaipú Binacional – COVID	83	-	4	-
Encargo de Serviço do sistema - CVA ESS	-	-	367	1
Encargo de Serviço do sistema – ESS – COVID	-	-	(644)	-
Neutralidade da Parcela A	72	-	86	-
Neutralidade da Parcela A – COVID	-	-	364	-
Neutralidade da Parcela A – RB	36	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	644	-
Sobrecontratação de energia – COVID	-	-	399	-
Antecipação da Parcela B – COVID	-	-	149	-
Ajuste de CUSD	131	-	75	-
Reversão Créditos Rescisão Contr. E Migr. de Consumidores	86	-	-	-
Conselho de Consumidores	151	-	-	-
Risco Hidrológico	2.967	-	-	-
	6.836	-	2.129	1
Varição capturada para reajuste tarifário em 2022				
Conta de Desenvolvimento Energético- CVA CDE	489	18	-	-
Custos energia elétrica comprada p/revenda-CVA energ.	2.676	36	275	1
Sobrecontratação de energia	2.622	37	-	-
Risco Hidrológico	2.201	-	-	-
Diferimento PIS/COFINS na Tarifa	21.465	84	-	-
	29.453	174	275	1
TOTAL	36.289	174	2.404	2



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

30. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

De acordo com o Despacho de Encerramento Nº3.371 de 22 de dezembro de 2016, item 6, subitem 27, as Obrigações Especiais serão apresentadas como passivo no Balanço Regulatório, e não como redutora do ativo no Balanço Societário.



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Ativo	2021			2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo Circulante						
Caixa equiv.de caixa	8.578	-	8.578	7.150	-	7.150
Contas rec. Clientes	24.637	-	24.637	14.383	-	14.383
Imp. e contrib. recup.	229	-	229	33	-	33
Estoque	864	-	864	772	-	772
Serv. pedid.em curso	64	-	64	61	-	61
Adiant. a forneced.	393	-	393	235	-	234
Expos. Involuntária	1.845	-	1.845	1.275	-	1.275
Alien. bens e direitos	308	-	308	894	-	894
Ativos Fin. Setoriais	24.495	-	24.495	2.799	-	2.799
Outros créd. a receb.	124	-	124	126	-	126
Total Ativo Circulante	61.537	-	61.537	27.728	-	27.727
Ativo Não Circulante						
Realiz. a Longo Prazo						
Depósitos judiciais	35.550	-	35.550	34.305	-	34.305
Imp. E cont. a recup.	30	-	30	53	-	53
IR e C. Social diferid.	2.218	-	2.218	1.877	-	1.876
Ativo finan. da conc.	4.006	(4.006)	-	3.346	(3.346)	-
Ativos Financ. Setor.	13.549	-	13.549	-	-	-
Imobilizado	-	68.679	68.679	-	51.271	51.271
Intangível	25.148	(25.146)	2	22.919	(22.913)	6
Total do Ativo Não Circulante	80.501	39.527	120.028	62.500	25.012	87.513
Total do Ativo	142.038	39.527	181.565	90.228	25.012	115.240



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Passivo e Patrimônio Líquido	2021			2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Circulante						
Fornecedores	15.364	-	15.364	14.739	-	14.739
Emprést. Financiam.	248	-	248	248	-	248
Folha de Pagto	566	-	566	545	-	545
Impost. Cont.a Rec.	18.707	-	18.707	8.693	-	8.693
Dividendos e JSCP	117	-	117	86	-	86
Obrigações Estima.	2.357	-	2.357	2.028	-	2.028
Encargos Consumid.	9.539	-	9.539	6.076	-	6.076
Passivos Financ. Set.	21.993	-	21.993	2.406	-	2.406
Outras Ctas a Pagar	2.366	-	2.366	876	-	876
Total Passivo Circulante	71.257	-	71.257	35.697	-	35.697
Não Circulante						
Fornecedores	35.434	-	35.434	-	-	-
Emprést. Financiam.	196	-	196	432	-	432
Provisão p/ processos	4.188	-	4.188	38.841	-	38.841
Passivos Financ. Set.	14.470	-	14.470	-	-	-
IR e C. Social diferidos	1.362	(1.362)	-	1.138	(1.138)	-
Obrig.Vincul.Conces.S.P.	-	38.724	38.724	-	31.416	31.416
Outras Ctas a Pagar	24	-	24	28	-	28
Total do Passivo Não Circulante	55.674	37.362	93.036	40.439	30.278	70.717
Patrimônio Líquido						
Capital social	6.388	-	6.388	6.388	-	6.388
Reservas de lucros	1.743	(1.286)	457	1.743	(1.286)	457
Reserva aval. Patrim.	-	9.104	9.104	-	1.897	1.897
Rec.Destin.Aum.Capit.	-	-	-	228	-	228
Lucros(prejuízos)acumul.	6.975	(5.652)	1.323	5.733	(5.877)	(144)
Total do Patrimônio Líquido	15.106	2.166	17.272	14.092	(5.266)	8.826
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	142.037	39.527	181.565	90.228	25.012	115.240



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

31.1. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios referente ao cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

31.2. Imobilizado / Intangível / Obrigações Vinculadas à Concessão

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

31.2.1. Reavaliação compulsória

O ativo imobilizado está registrado com base na reavaliação regulatória compulsória, conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015, apurada pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na data base julho de 2021, em contrapartida à rubrica de reserva de avaliação patrimonial.

As aquisições posteriores a data base da reavaliação, estão registradas ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor de recuperação. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

31.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 674/2015 e as taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução que compõe o MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 674, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

31.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica e (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

31.4. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01) (resultado)

Os ajustes são decorrentes da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente.

31.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes do registro de tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias entre as contabilizações societárias e regulatórias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

31.6. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Societário	15.106	14.092
Efeito ajustes entre contab. Societ. X Regulat.		
Reavaliação regulatória compulsória	9.104	1.897
Lucro (Prejuízo) acumulado regulatório	<u>(6.939)</u>	<u>(7.163)</u>
Regulatório	<u>17.271</u>	<u>8.826</u>

Reavaliação regulatória compulsória – montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor desta Resolução e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas do Ativo Imobilizado e Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, em contrapartida da conta do Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação.

Prejuízo acumulado – efeito dos encerramentos dos exercícios, onde a destinação de lucro na contabilidade societária supera a contabilidade regulatória e efeitos da parcela da reavaliação regulatória compulsória contabilizada diretamente em lucros acumulados.

32. Eventos Subsequentes

Em 15 de março de 2022, em reunião extraordinária, os membros do Conselho de Administração elegeram o novo Diretor Presidente da Dcelt o Sr. Leandro Parizotto e o novo Diretor o Sr. Ricardo Antonio Parizotto, os quais irão compor a diretoria executiva com mandato até 30.04.2023.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Em 17 de setembro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL publicou o Despacho 2.904, no qual instituiu a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que entrará em vigor a partir do exercício de 2022.

Em 31 de agosto de 2021, a Creg emitiu as Resoluções nº 2/2021 e nº 3/2021, instituindo o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica e determinando à ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh.

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Verde para o mês de janeiro de 2022, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Propagação do Novo Coronavírus (Covid-19)

A Companhia continua efetuando análises dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas, as demonstrações financeiras.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Xanxerê, 06 de abril de 2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, decorrentes dos trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, sujeita-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Atenciosamente,

Leandro Parizotto
Diretor Presidente
CPF: 796.623.159-34

Antonio Claudio Baldissera
Diretor
CPF: 219.767.759-49

Ana Paula Torres
Diretora
CPF: 248.659.378-03

Wagner Luiz Teles
Contador
CPF 607.476.769-68
CRC 1SC16365

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica



Taticca Auditores Independentes S.S.
Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 375
Sala 51 – Brooklin Novo
04571-020 - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda
Xanxerê - SC

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. (DCELT ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

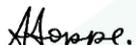
Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a DCELT a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A DCELT preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 06 de abril de 2022.

São Paulo, 06 de abril de 2022.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1


Aderbal Alfonso Hoppe